

A EVASÃO ESCOLAR ENQUANTO DEMANDA INSTITUCIONAL PARA O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA CASA DO APRENDIZ CIDADÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Juliane Jéssica FERREIRA¹
Eduardo Luís COUTO²

RESUMO: O presente artigo foi produzido a partir do estágio supervisionado e tem por principais objetivos pensar a instituição Casa do Aprendiz Cidadão dentro da política da Assistência Social e a intervenção da Assistente Social acerca da evasão escolar, realidade encontrada em relação à grande parte dos adolescentes e jovens que estão inseridos e são acompanhados pela profissional. Com base em uma análise crítica e teoricamente fundamentada foram utilizadas documentações indiretas baseadas em leis e pesquisas bibliográficas com o intuito de desenvolver uma análise mais rica e de fácil compreensão. Tem como finalidade a compreensão dos impactos e das problemáticas dessa realidade no agir profissional e na vida dos próprios usuários como também as possibilidades de intervenção que o Serviço Social realiza acerca de tal demanda.

Palavras-chave: Instituição. Adolescentes. Jovens. Serviço Social. Intervenções.

1 INTRODUÇÃO

As análises que estão tecidas neste artigo configuram-se enquanto considerações e impressões acerca de acontecimentos compreendidos e vivenciados pela discente em seu campo de estágio, o qual se constitui a Casa do Aprendiz Cidadão de Presidente Prudente.

Os adolescentes, jovens e suas famílias por se encontrarem em situações vulneráveis e por viverem em uma sociedade em que o Capital predomina, cada vez mais valorizam o trabalho e deixam em segundo plano ou até mesmo abandonam a educação escolar.

Essa triste realidade é compreendida como uma demanda para o Assistente Social que a partir da construção de mediações, dispõe de pensamentos

¹ Discente do 6º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Toledo Prudente. E-mail: juliane_ferreira@live.com. Estagiária da Casa do Aprendiz Cidadão de Presidente Prudente – SP.

² Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário Toledo Prudente. Mestre e Doutorando em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Orientador do trabalho.

críticos e intervenções que vão de encontro não ao julgamento do jovem e suas famílias, mas a compreensão e desvelamento da realidade, para que assim possa haver uma conscientização e uma mudança que deve vir do próprio indivíduo através da informação.

O artigo dispõe de algumas informações sobre a instituição e sua ligação com a política de Assistência Social. Em seguida e em outro tópico discute brevemente sobre a evasão escolar, citando pensamentos, estudos de alguns autores e experiências vividas na própria instituição. Após estas considerações são pensados os possíveis meios de intervenção do Assistente Social para com a demanda.

Para obter tais informações o trabalho foi realizado a partir de vivências no campo de estágio, pesquisas bibliográficas e leis que foram utilizadas no corpo do texto para fundamentar e enriquecer a discussão.

2 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CASA DO APRENDIZ CIDADÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

A Casa do Aprendiz Cidadão (CAC), denominação atual, já teve por nome Casa do Pequeno Trabalhador (CPT). Sua nomenclatura foi alterada de encontro ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que demonstrou ser inapropriada a utilização do termo “menor” e/ou outros que demonstrem a diminuição do indivíduo que está em uma fase importantíssima de desenvolvimento. Esses termos antes utilizados para se referir às crianças e adolescentes, reproduz e fortalece de forma subjetiva discriminações ligadas a uma postura de exclusão social que remete ao extinto Código de Menores.

A instituição foi fundada na cidade de Presidente Prudente em 24 de março de 1979 e desde o início de suas ações já obteve reconhecimento por sua séria atuação na inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social, inclusive conquistou títulos de utilidade pública Municipal, Estadual e Federal.

O objetivo maior é qualificar os usuários de maneira a se sentirem pertencentes, valorizados e preparados para adentrarem no mercado de trabalho, dessa forma, a instituição conta com uma equipe multidisciplinar totalmente preparada para proporcionar a capacitação, o atendimento e um local onde os

aprendizes possam desfrutar de um bem-estar físico, emocional e conquistar um progresso intelectual, fatores importantes para alcançar uma oportunidade em uma empresa.

A CAC funciona em um espaço amplo que dispõe de diversas salas utilizadas por profissionais do departamento técnico, administrativo, nutricional, gerência e salas de aula modernas, climatizadas e equipadas com recursos audiovisuais, onde são ministradas oficinas e também servem como espaço para convivência e conhecimento. Possui laboratórios de informática e hardware onde os jovens e adolescentes são beneficiados com salas equipadas com computadores novos, além de máquinas doadas por terceiros. Possui uma biblioteca, a qual contém um acervo com obras de vários gêneros para o estudo e enriquecimento cultural.

Para cuidados dentários a instituição conta com uma sala onde acontecem atendimentos periódicos para diversos tratamentos odontológicos. Contam com uma cozinha industrial própria e um refeitório onde é servido o café da manhã, da tarde e o almoço a partir de um cardápio balanceado, preparado especialmente por uma nutricionista, o que faz uma grande diferença para a saúde e paladar dos aprendizes. As refeições preparadas chegam a 2.000 por mês e são oferecidas gratuitamente aos aprendizes. Possui ainda um hall de acesso ao refeitório e salas de aula.

3 A INSTITUIÇÃO COMO PARCEIRA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A CAC tem como missão o atendimento de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade, e suas famílias, prestando-lhes atendimento social básico e preparando-os para o exercício da cidadania, visando ao seu progresso social, especialmente por meio de qualificação profissional e ingresso no mercado de trabalho.

Tanto os serviços da proteção básica quanto a especial que pertencem à assistência social, trabalham em parceria com a instituição, pois contêm em sua tipificação determinações que englobam a profissionalização, dessa forma, os serviços da assistência encaminham seus adolescentes e jovens para a CAC, como

forma de articulação e criação de maneiras de combater as vulnerabilidades, a falta de profissionalização e o trabalho infantil que perpassa a realidade de grande parte das famílias.

Alguns objetivos do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e Indivíduos (PAEFI) são:

- Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva;
- Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários;
- Contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família;
- Contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos;
- Prevenir a reincidência de violações de direitos.

A partir dos itens citados, fica clara a relação e complementação do trabalho de um para com o outro, pois os interesses se esbarram no atendimento familiar e individual, capacitação e profissionalização que são alguns fatores para que haja a superação de certas vulnerabilidades.

De acordo com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente,

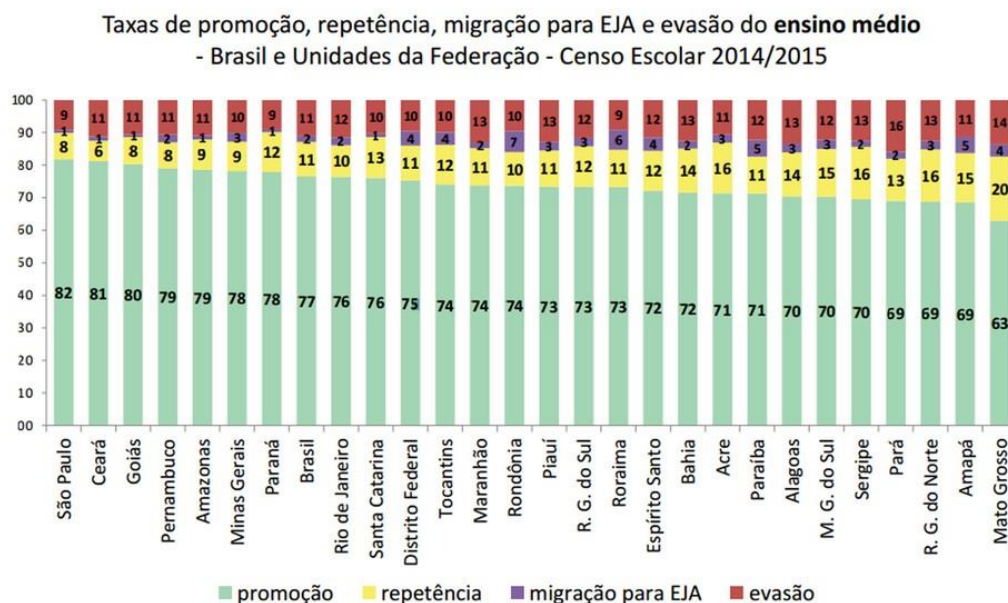
"Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:" (NR) "II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente." (AC)

Nota-se uma determinação legal da importância que a profissionalização tem para o adolescente de maneira que se fortalece a necessidade de que a política de assistência social se empenhe em criar parcerias com instituições que prestem esse tipo de serviço.

4 A EVASÃO ESCOLAR ENQUANTO DEMANDA INSTITUCIONAL PARA O SERVIÇO SOCIAL

As causas da evasão escolar são variadas. Condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes à baixa qualidade do ensino das escolas podem ser apontadas como possíveis causas para a evasão escolar no Brasil. Outra questão está relacionada ao trabalho infantil que tem feito cada vez mais com que crianças, adolescentes e jovens, por razões econômicas ou exploratórias, abandonem os estudos para trabalhar ilegal e informalmente.

Evasão escolar por Estados:



(Foto: Reprodução/Inep)

Os dados inéditos integram um conjunto de indicadores divulgados pela primeira vez pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC). A análise foi feita, de acordo

com o governo, com base em uma metodologia de acompanhamento longitudinal da trajetória dos estudantes.

Essa demanda não está distante e os profissionais da CAC se deparam a todo o momento com essa realidade, o que exige uma atenção redobrada tanto nos aspectos relacionados à violação de direitos, quanto aos familiares, visto que em alguns casos a própria necessidade financeira familiar leva os jovens a desistirem dos estudos por terem que optar pelo trabalho irregular e/ou não.

Diante desse fator encontram-se muitas dificuldades, entre elas a de conscientizar os futuros profissionais e suas famílias sobre a importância existente na educação. Um dos maiores obstáculos se chama ansiedade, pois o desejo de conseguir o primeiro emprego e de ajudar na renda familiar acaba fazendo com que a escola fique em último ou nem apareça nas prioridades familiares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), também dispõe sobre a importância da educação quando determina que,

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Não há como pensar a profissionalização na contramão da educação, ambas caminham juntas com o mesmo objetivo que é ensinar, preparar, capacitar e educar o jovem e o adolescente para que ao adentrar no mercado de trabalho, este tenha capacidade de buscar oportunidades de maneira igualitária às outras pessoas.

Outro fator que contribui com a evasão escolar, se dá pelo desinteresse do aluno pela escola, reclamações são feitas sobre a maneira com que é ensinado, sobre como é penoso e nada prazeroso o ato de aprender entre quatro paredes. Neste caso, as considerações de Hernández (2005, p.39-40) contribuem com nossos inquietantes desejos de transformação,

(...) a interpretação da direção da mudança tem muitas versões e depende, em boa medida, da visão dos sujeitos e da sociedade que tem quem a propõe. O professor, no espaço que hoje se encontra, o primeiro que poderia fazer é pensar no papel que quer exercer nesta história e não esquecer que há uma esfera que lhe é própria e é a da relação que pode construir com seus alunos. Partindo disto, e assumindo que o trabalho docente não é individual, mas deve caminhar rumo a projetos compartilhados,

deveria escolher o caminho que hoje pode construir com os estudantes, com seus colegas e a comunidade.

Isso é o que esperamos da escola, que seja uma experiência que deixe boas lembranças, que crie pontes, agregue e compartilhe saberes e vivências entre todos aqueles que por ela passam.

A importância de problematizar o modo de ensino nos causa a preocupação acerca do foco que tem sobressaído sobre a profissionalização, como coloca Ismael Gílio (2000, p.23) “A educação, sobretudo a profissionalizante, é um dos pontos em comum e elemento essencial na experiência histórica de desenvolvimento dos países industrializados, a exemplo da Alemanha e do Japão.”

A partir dessa fala, nota-se a importância na profissionalização apenas para que o jovem esteja preparado para exercer sua função para benefício do Capital. Quando na verdade a educação escolar deveria ser exigida e bem empregada a ponto de formar seres pensantes, que façam suas escolhas de maneira mais consciente e não de maneira alienada.

5 AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS ADOLESCENTES E FAMILIARES QUE PARTICIPAM DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM DA CAC-PP

O Serviço Social como já mencionado, faz parte dos profissionais que acompanham os adolescentes, jovens e famílias inseridas na instituição. Como BAPTISTA e BATTINI (2009, p.152) pontuam,

[...] na verdade, o assistente Social é um profissional que trabalha permanentemente entre, estrutura, conjuntura e cotidiano: é no cotidiano que as determinações conjunturais se expressam e que se coloca o desafio de garantir o sentido e a direcionalidade da ação profissional.

Esse profissional consegue a partir de sua ética profissional, e com seu olhar sensível para com a expressão da questão social, compreender a demanda da evasão escolar, entre outras, e intervir de maneira que essa realidade seja compreendida do aluno ao familiar.

Para intervir, o profissional faz atendimentos com os adolescentes, jovens e famílias, na intenção de fortalecê-los acerca da importância da escola durante o processo de aprendizagem e de sua conclusão para obter mais oportunidades no futuro, pois é uma exigência para ser encaminhado a entrevistas de emprego pela instituição e também ao mercado de trabalho em geral.

Por se tratar de uma instituição profissionalizante, o profissional de Serviço Social aplica aulas em algumas turmas, capacitando os jovens a como se comportar nas entrevistas e locais de trabalho e também sobre a importância da educação para que tenham um bom vocabulário e uma boa escrita, o que fará um grande diferencial nas possíveis entrevistas das quais participarão.

Outra intervenção do profissional se dá a partir de articulações diretas e indiretas com os profissionais de educação, escolas, Conselho Tutelar, equipe de abordagem Social, entre outros, de maneira que possa ser acompanhada a frequência escolar do aluno e quando constatada a não frequência, o aluno é orientado a se matricular, pois do contrário não será encaminhado às entrevistas, visto que essa é uma exigência das próprias empresas.

De acordo com Nascimento (2009, online):

O impacto negativo ocorre nos planos pessoal, político, social e econômico. É um impacto profundo na condição de sujeito desses jovens. Cada um deve ser sujeito de sua vida, e a falta de acesso à educação empobrece os horizontes.

O profissional de Serviço Social da CAC acredita no Jovem e a partir de sua intervenção propiciará oportunidades para que este caminhe em direção da educação, profissionalização e bem-estar familiar e social.

CONCLUSÃO

Por estar sempre em execução, a aprendizagem configura-se como processo e produto inacabados e diferentemente desenvolvidos. Cada pessoa tem um tempo e forma de aprender algo o que acaba tornando-a a maior responsável

pelo controle da própria aprendizagem, capaz de refletir e pensar com autonomia, assim como aplicar o conhecimento a novas situações ao longo da vida.

A evasão escolar barra qualquer processo de aprendizagem e com isso não permite o desenvolvimento e o pensamento crítico dos jovens. Esse fato gera grande preocupação aos profissionais da CAC, pois a instituição vai além de apenas profissionalizar, ela tem a missão de combater as vulnerabilidades sociais e sabe-se que a evasão escolar coopera muito para que essa realidade ocorra.

A atuação do Assistente Social tem total importância por toda sua bagagem de conhecimento que irá guiá-lo por uma intervenção mais crítica, de modo que compreenda a realidade vivida pelos alunos e suas famílias e assim possa criar estratégias justas e eficazes.

Entende-se que o primeiro passo para intervir na demanda é desvendar a evasão escolar, ou seja, identificar o que há por trás desta evasão.

Para uma melhor compreensão da evasão escolar, seria necessário um estudo territorial da realidade e toda bagagem de vida do indivíduo, assim perpassaríamos o senso comum e seria possível uma conclusão satisfatória.

Com essa breve análise chegou-se à conclusão que a evasão escolar, portanto, é uma expressão da questão social resultante das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que perpetua o interesse do capital e faz parte da manutenção da exclusão impedindo que parte da sociedade tenha acesso ao conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odaria (Orgs.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. São Paulo: Veras, 2009.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado: 1990. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 30 set. 2017.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** (1996). LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional : lei nº9.394, de 1996. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997. 48 p.

GILIO, Ismael. **Trabalho e Educação**: Formação Profissional e Mercado de Trabalho. São Paulo : Nobel,2000

HERNANDÉZ, Fernando. A construção da subjetividade docente como base para uma proposta de formação inicial de professores de Artes Visuais. In: OLIVEIRA, Marilda Oliveira de; HERNÁNDEZ, Fernando (Orgs.). A formação do professor e o ensino das Artes Visuais. Santa Maria: editora da UFSM, 2005. pp. 21-42.

NASCIMENTO, Aniele. **Evasão é causa de renda menor**. 17/05/2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/curitiba-perde-12-alunos-por-dia-bkw48zzgxnl5u28jswple1a>>. Acesso em: 30 set. 2017

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Reimpressão 2014.

Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017